

**TRT-PR 98901-2006-019-09-00-2 – 1ª TURMA**

**Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES**

**Publicado no DJPR em 30-09-2008**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA. PORTARIA Nº 329/02 DO MTE.**

A Portaria nº 329/02 não é inconstitucional, porquanto expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego com amparo na própria Constituição Federal, em seu art. 87, parágrafo único, II, e no art. 913 da CLT, considerando a relevante finalidade das Comissões de Conciliação Prévia, como fator de prevenção e solução extrajudicial de conflitos, a necessidade de se traçarem instruções dirigidas a elas com vistas a garantir a legalidade, a efetividade e a transparência dos seus atos, bem como resguardar os direitos sociais e trabalhistas previstos na Constituição Federal, na CLT e legislação esparsa. Além disso, a mencionada Portaria não criou direitos e obrigações ao arrepio da lei, mas traçou instruções para seu funcionamento, sem contrariar os arts. 625-A a 625-H da CLT. Tem interesse processual do Ministério Público do Trabalho na tutela inibitória contra a utilização temerária do instituto dessas comissões por empresas que participam da instituição de forma contrária aos ditames legais e em prejuízo aos direitos dos trabalhadores e ao erário público (FGTS e seguro- desemprego). **Recurso do Ministério Público do Trabalho a que se dá provimento parcial para impor aos Réus, de imediato, com relação às Comissões de Conciliação Prévia que integrem ou que venham a integrar, as obrigações abaixo descritas, sob pena de multa de R\$ 5.000,00 por violação, a ser revertida em favor do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador:** a) não permitir que as Comissões de Conciliação Prévia funcionem como órgãos de assistência e homologação de rescisões de contratos de trabalho, haja vista tal mister ser de competência do sindicato da categoria e do Ministério do Trabalho, nos termos do art. 477 da CLT e art. 3º da Portaria nº 329/2002; b) não permitir a realização de sessão de conciliação nas Comissões de Conciliação Prévia sem que haja prévio conflito trabalhista; c) observar a atuação da Comissão de Conciliação Prévia o princípio da gratuidade para o empregado, da seguinte forma: I - não se cobrará percentual do valor pleiteado ou do valor conciliado; II - não se cobrará nenhum valor vinculando-o ao resultado positivo da conciliação; d) observar que a conciliação promovida pela comissão de conciliação prévia deverá limitar-se a direitos ou parcelas controversas, excluídos de eventual transação os direitos ou parcelas líquidas e certas, a exemplo de saldo de salário e férias vencidas; e) fazer constar de forma destacada nas notificações ou convites de comparecimento à sessão de conciliação: I - serviço é gratuito para o trabalhador; II - a tentativa de conciliação é obrigatória mas o acordo não é obrigatório; III - a falta de acordo possibilita o acesso à Justiça do Trabalho; IV - as partes podem ser acompanhadas de pessoa de sua confiança; V - podem ser feitas ressalvas no termo de conciliação de modo a garantir direitos que não tenham sido objetos de acordo; VI - as partes podem ser atendidas em separado pelos membros da comissão de conciliação prévia intersindical; f) dar ampla divulgação do teor das obrigações a que forem condenados nesta ação, já na ocasião da antecipação dos efeitos da tutela, através de sua afixação em local visível, para ciência dos senhores conciliadores, advogados e respectivos interessados, tanto

empregadores quanto trabalhadores, a fim de garantir o máximo de esclarecimento, bem como o fiel cumprimento dos seus termos e da legislação que rege a matéria.